DocuSign Envelope ID: 3E8829E5-072D-4562-9BD4-4346ADFFE329

PIRACICABANA

Viação Piracicabana S.A.

CNPJ/MF nº 54.360.623/0001-02

Demonstrações Financeiras com Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 *(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços Patrimoniais

ATIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Ativo circulante		393.915	271.625
Caixa e equivalentes de caixa	3	23.753	39.036
Contas a receber	4	224.138	109.670
Estoques	5	6.881	7.599
Tributos a recuperar	6	31.002	12.301
Partes relacionadas	7	29.217	76.952
Adiantamentos	–	233	25
Outros créditos	9	78.691	26.042
Ativo não circulante		1.193.467	907.511
Realizável a longo prazo		337.833	235.481
Contas a receber	4	1.341	86
Partes relacionadas	7	295.002	184.845
Depósitos judiciais	8	8.756	13.063
Outros créditos	9	2.493	2.218
Tributos a recuperar	6	2.272	7.508
Tributos diferidos	26	27.969	27.761
Investimentos		100.606	56.690
Participações em controladas	10	100.244	56.328
Outros investimentos		362	362
Imobilizado	11	739.086	605.263
Intangível	12	15.942	10.077
Total do ativo		1.587.382	1.179.136

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Passivo circulante		549.556	547.881
Empréstimos e financiamentos	13	219.422	145.879
Debêntures	14	60.768	238.689
Arrendamentos financeiros	15	46.317	15.215
Fornecedores		45.650	40.715
Obrigações risco sacado	16	54.376	40.321
Obrigações tributárias	17	19.227	4.400
Parcelamentos fiscais	18	10.179	7.520
Obrigações trabalhistas	19	55.590	46.903
Adiantamentos		5.505	4.447
Outras obrigações	20	29.876	2.100
Partes relacionadas	7	2.646	1.692
Passivo não circulante		724.235	487.535
Empréstimos e financiamentos	13	231.717	195.063
Debêntures	14	191.152	77.778
Arrendamentos financeiros	15	68.203	15.777
Fornecedores		1.677	3.880
Obrigações tributárias	17	48.416	54.432
Tributos diferidos	26	89.108	95.138
Parcelamentos fiscais	18	22.351	21.404
Outras obrigações	20	63.000	–
Partes relacionadas	7	4.200	5.403
Passivos contingenciais	21	4.411	18.660
Patrimônio líquido		313.591	143.720
Capital social	22.1	248.225	148.225
Reserva de incentivos fiscais	22.2	34.764	30.986
Retenção de lucros	22.3	28.338	–
Reserva legal	22.3	2.264	–
Prejuízos acumulados	22.3	–	(35.491)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.587.382	1.179.136

Demonstrações dos Resultados

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita líquida	23	1.108.217	747.002
Custos	24	(777.283)	(578.513)
Lucro bruto		330.934	168.489
Receitas (despesas) operacionais	24	(184.078)	(110.430)
Despesas comerciais		(12.116)	(9.946)
Despesas gerais e administrativas		(185.314)	(114.086)
Outras receitas operacionais		13.352	13.602
Resultado sobre participações societárias		7.655	3.144
Resultado na alienação dos investimentos		(15.113)	–
Resultado na alienação do imobilizado		47.016	400
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		186.414	61.603
Resultado financeiro	25	(108.662)	(53.698)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		77.752	7.905
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	(3.226)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	6.239	(9.606)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		80.765	(1.701)
Número de ações		151.227.335	51.227.335
Resultado líquido básico e diluído por ação (em reais)		0,53	(0,03)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	80.765	(1.701)
Total dos resultados abrangentes do exercício	80.765	(1.701)

Demonstrações do valor adicionado

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receitas	1.214.037	795.477
Receita dos serviços prestados	1.184.148	794.881
Outras receitas	29.861	625
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28	(29)
Insumos adquiridos de terceiros	(429.471)	(272.669)
Custo dos serviços prestados	(334.119)	(215.940)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(94.555)	(56.231)
Perda / Recuperação de valores ativos	(797)	(498)
Valor adicionado bruto	784.566	522.808
Depreciação e amortização	(61.958)	(52.173)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	722.608	470.635
Valor adicionado recebido em transferência	45.381	25.576
Resultado de equivalência patrimonial	7.655	3.144
Receitas financeiras	10.363	7.774
Outras	27.363	14.658
Valor adicionado total a distribuir	767.989	496.211
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	393.838	322.153
Remuneração direta	285.873	232.949
Benefícios	85.538	70.989
F.G.T.S	22.427	18.215
Impostos, taxas e contribuições	171.618	109.259
Federais	135.926	89.139
Estaduais	29.941	15.776
Municipais	5.751	4.344
Remuneração de capitais de terceiros	121.768	66.500
Juros	66.189	37.755
Aluguéis	2.969	5.028
Outras remunerações de capitais de terceiros	52.610	23.717
Remuneração de capitais próprios	80.765	(1.701)
Resultado líquido do exercício	80.765	(1.701)
	767.989	496.211

Demonstrações dos Fluxos de Caixas

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	77.752	7.905
Ajuste para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	61.171	51.197
Amortização	787	976
(Ganhos) Custo na alienação de investimentos	15.113	–
Baixas de imobilizado e intangível	79.355	42.623
Provisão (Reversão) de contingências	(14.249)	13.348
Equivalência patrimonial	(7.655)	(3.144)
Juros e variações monetárias s/ debêntures	39.986	19.832
Juros e variações monetárias s/ endividamento	62.828	31.470
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosas	(28)	29
Outros (ganhos) perdas com participações societárias	1	–
Resultado ajustado	315.061	164.236
Variações no ativo	(180.375)	(57.819)
Estoques	835	(746)
Contas a receber	(115.695)	(48.037)
Tributos a recuperar	(16.690)	(1.025)
Depósitos	4.307	(3.087)
Adiantamentos	(208)	293
Outros créditos	(52.924)	(5.217)
Variações no passivo	128.734	44.790
Fornecedores	1.741	(10.782)
Obrigações risco sacado	14.055	40.321
Obrigações trabalhistas	8.687	5.332
Obrigações tributárias	8.811	13.360
Parcelamentos fiscais	3.606	(5.480)
Adiantamentos	1.058	1.620
Outras obrigações	90.776	419
Caixa líquido das atividades operacionais	263.420	151.207
Juros pagos	(113.152)	(37.434)
Caixa líquido das atividades operacionais	150.268	113.773
Atividades de investimentos		
Transações com partes relacionadas	(77.535)	(70.345)
Efeitos da incorporação	–	(118.471)
Caixa adquirido na incorporação	–	26.428
Aumento do capital e integralização de cotas	(31.590)	86.406
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	(5.042)	–
Dividendos recebidos	370	7.051
Aquisição de imobilizado	(266.781)	(105.443)
Outras movimentações do ativo imobilizado	–	(625)
Outras movimentações do ativo intangível	–	1.181
Aquisição no intangível	(14.220)	(3.545)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(394.798)	(177.363)
Atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(184.325)	(90.892)
Captação de empréstimos e financiamentos	303.128	170.340
Outras movimentações	–	101.959
Amortização de debêntures	(57.376)	(114.657)
Captação de debêntures	–	100.000
Amortização de arrendamentos	(22.207)	(174.237)
Captação/Baixas de arrendamentos	100.300	39.787
Transações com partes relacionadas	(253)	(4.127)
Dividendos	(10.020)	–
Aumento do capital	100.000	70.083
Caixa líquido das atividades de financiamentos	229.247	98.256
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(15.283)	34.666
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	39.036	4.162
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	23.753	38.828
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(15.283)	34.666

EBITDA e Dívida Líquida

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	77.752	7.905
Resultado financeiro	(108.662)	(53.698)
EBIT	186.414	61.603
Depreciação/amortização	(61.958)	(52.173)
EBITDA	248.372	113.776
Caixa e equivalentes de caixa	23.753	39.036
Empréstimos e financiamentos - circulante	(219.422)	(145.879)
Empréstimos e financiamentos - não circulante	(231.717)	(195.063)
Debêntures a pagar - circulante	(60.768)	(238.689)
Debêntures a pagar - não circulante	(191.152)	(77.778)
Arrendamentos financeiros - circulante	(46.317)	(15.215)
Arrendamentos financeiros - não circulante	(68.203)	(15.777)
DIVIDA LÍQUIDA	(793.826)	(649.365)
EBITDA (últimos 12 meses)	248.372	113.776
Total da dívida líquida sobre EBITDA (i)	3,20	5,71

(i) Cálculo efetuado com o EBITDA dos últimos doze meses

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social subscrito	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Resultado do exercício	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	78.142	30.986	–	–	(33.078)	–	76.050
Aumento do capital	70.083	–	–	–	–	–	70.083
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	(1.701)	(1.701)
Prejuízos acumulados	–	–	–	–	(2.413)	2.413	–
Resultado de incorporação	–	–	–	–	–	(712)	(712)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	148.225	30.986	–	–	(35.491)	–	143.720
Aumento do capital	100.000	–	–	–	–	–	100.000
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	80.765	80.765
Compensação de prejuízos	–	–	28.338	–	35.491	(64.703)	(874)
Reserva legal	–	–	–	2.264	–	(2.264)	–
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(9.808)	(9.808)
Dividendo adicional - excedente ao mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	(212)	(212)
Subvenções governamentais	–	3.778	–	–	–	(3.778)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	248.225	34.764	28.338	2.264	–	–	313.591

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: i) Contexto operacional: A Viação Piracicabana S.A., ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, pertencente a Comporte Participações S.A. ("Grupo Comporte"), com sede social localizada na Estrada Antônio Abdala, 235 - Jardim Califórnia, Piracicaba, no Estado de São Paulo. Fundada em 07 de janeiro de 1959, tem como atividade principal o transporte público coletivo de passageiros, sejam em linhas regulares ou sob forma de fretamento contínuo ou eventual, em qualquer parte do território nacional, sendo este transporte de forma municipal, metropolitano, intermunicipal ou interestadual previsto na legislação em vigor. A Companhia mantém suas permissões reguladas pelo poder Concedente, em que o Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal é regulado pelo Poder Concedente Estadual, o Serviço Público de Transporte Rodoviário Municipal pelo Poder Concedente Municipal e Serviço Público de Transporte Rodoviário Coletivo do Distrito Federal pelo Poder Concedente Governo do Distrito Federal. **ii) Contratos de Concessão:** A Companhia detém contratos de concessão de transporte de passageiros. Estes contratos transferem a operação dos sistemas de transportes municipais, intermunicipais e interestaduais dos poderes concedentes para a Companhia por prazos de vigência de cinco anos, contados da data da transferência de controle do sistema de transporte para a Companhia, podendo ser prorrogados na forma da lei e conforme condições previstas nos contratos de concessão. Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os direitos e privilégios vinculados a operação, conforme descrito no contrato de concessão. Os Direitos de concessão de algumas linhas de transporte intermunicipais encontram-se vigentes por prazo indeterminado, uma vez que estão vinculados a abertura de novas licitações públicas. Considerando a expectativa de continuar operando até a realização de nova licitação, as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas no pressuposto da continuidade dos negócios e um eventual efeito desse assunto não está mensurado em nossas demonstrações financeiras ora apresentadas. **1.1. Principais eventos ocorridos:** Em 01 de maio de 2022, a Companhia, ingressou como única sócia da empresa Expresso de Prata Ltda., o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$5.963.991,00 (cinco milhões, novecentos e sessenta e três mil, novecentos e noventa e um reais), representado por 5.963.991 (cinco milhões, novecentos e sessenta e três mil, novecentos e noventa e uma) quotas. Em 02 de maio de 2022, a Companhia, retirou-se da sociedade na empresa Polaris Administração Imobiliária Ltda., por meio da cessão e transferência, por venda e compra, 54.181.350 (cinquenta e quatro milhões, cento e oitenta e um mil, trezentas e cinquenta) quotas que detém no capital social, sendo totalmente integralizadas, no valor nominal total de R$54.181.350,00 (cinquenta e quatro milhões, cento e oitenta e um mil e trezentos e cinquenta reais) à empresa Patrimony Administradora de Bens S.A. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas:** A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho da Administração realizada no dia 06 de março de 2023. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro da *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração. Contudo, a fim de complementar as demonstrações financeiras, a demonstração do valor adicionado está apresentada, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.2. Critérios de consolidação:** Conforme CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, a Companhia não está apresentando as demonstrações financeiras consolidadas, em linha com o permitido pela legislação societária e considerando o seguinte: **(i)** sua controladora apresenta demonstrações financeiras consolidadas; **(ii)** seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente; **(iii)** suas demonstrações financeiras não estão arquivadas e não estão em processo de arquivamento junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ou outro órgão regulador e; **(iv)** o controle sobre a investida Expresso de Prata é realizado de forma indireta pela Comporte Participações S.A., controladora da Companhia, apesar da Viação Piracicabana ser a única acionista. Sendo assim deixamos de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas das investidas demostradas a seguir:

Razão social	2022
Expresso de Prata Ltda.	100%

2.3. Ajustes efetuados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021: A Administração da Companhia procedeu a reapresentação das informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, fluxo de caixa, valor adicionado) em decorrência da necessidade de reconhecimento de determinados ajustes contábeis identificados em 31 de dezembro de 2022 relacionados ao saldo de obrigações com risco sacado no montante de R$ 40.321. A Companhia possui parcerias com instituições financeiras para antecipação de pagamentos referentes à aquisição do produto diesel com o fornecedor Vibra Energia S.A (Petrobras), onde os bancos pagam os valores para o fornecedor, e a Companhia paga os bancos após 120 (cento e vinte) dias. Essas operações são conhecidas como "risco sacado", a qual não era mensurada e apresentada nas demonstrações financeiras como obrigação de risco sacado e, consequentemente, seus respectivos reflexos. As citadas reapresentações estão sendo efetuadas como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas financeiras, mudança de estimativa e retificação de erro (IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras (IAS 1), conforme requerido pelas práticas financeiras adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro. Abaixo demonstramos os valores reapresentados com as respectivas notas explicativas:

	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021 (Reapresentado)
Ativo	1.179.253	(117)	1.179.136
Circulante	271.742	(117)	271.625
Estoques **(a)**	7.716	(117)	7.599
Passivo	1.036.407	(991)	1.035.416
Circulante	548.872	(991)	547.881
Fornecedores	82.027	(41.312)	40.715
Obrigações risco sacado **(a)**	–	40.321	40.321
Patrimônio líquido	142.846	874	143.720
Demonstração do Resultado			
Custos **(b)**	(581.828)	3.315	(578.513)
Resultado financeiro	(51.257)	(2.441)	(53.698)
Receita financeira **(a)**	6.900	874	7.774
Despesas financeiras **(b)**	(58.157)	(3.315)	(61.472)
Resultado líquido do exercício	(2.575)	874	(1.701)

(a) Abertura das apresentações referente as operações de risco sacado e reconhecimento do ajuste a valor presente; **(b)** Reclassificação dos juros das operações de risco sacado do custo dos serviços prestados para despesa financeira.

Demonstração do Fluxo de Caixa	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021 (Reapresentado)
Atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	7.031	874	7.905
Ajuste para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado ajustado	131.892	874	164.236
Variações no ativo	(57.936)	117	(57.819)
Estoques	(863)	117	(746)
Variações no passivo	45.781	(991)	44.790
Fornecedores	30.530	(41.312)	(10.782)
Obrigações risco sacado	–	40.321	40.321
Caixa gerado pelas atividades operacionais	119.737	–	151.207

Demonstração do valor adicionado	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021 (Reapresentado)
Insumos adquiridos de terceiros	(275.984)	3.315	(272.669)
Custo dos serviços prestados	(219.255)	3.315	(215.940)
Valor adicionado bruto	519.493	3.315	522.808
Valor adicionado recebido em transferência	24.702	874	25.576
Receitas financeiras	6.900	874	7.774
Valor adicionado total a distribuir	492.022	4.189	496.211
Remuneração de capitais de terceiros	63.185	3.315	66.500
Juros	34.440	3.315	37.755
Remuneração de capitais próprios	(2.575)	874	(1.701)
Resultado líquido do exercício	(2.575)	874	(1.701)
Total	492.022	4.189	496.211

2.4. Estimativas e premissas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversos métodos de avaliação que utilizam estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor recuperável dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, anualmente. **a) Reconhecimento de receitas:** A receita bruta de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. **Receita de Prestação de Serviços** - A receita proveniente do transporte de passageiros rodoviários é reconhecida no momento em que os serviços são executados. São apresentadas pelo valor bruto e subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre os serviços, abatimentos, descontos comerciais e taxas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização. As receitas correspondentes ao transporte urbano de passageiros são reconhecidas levando em consideração as obrigações com o poder concedente, podendo ser mensuradas nas demonstrações financeiras mediante contraprestação de passageiros transportados ou venda de passagens. **Receita de alienação de bens utilizados na prestação de serviços** - A receita correspondente à venda de imobilizado é reconhecida no instante em que os riscos e benefícios econômicos mais significativos inerentes à propriedade dos bens são transferidos ao comprador. **Receita de juros** - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atenderem a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. Entretanto, saldos bancários a descoberto, decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como contas correntes garantidas que são liquidados em curto lapso temporal compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia. Nessas circunstâncias, saldos bancários a descoberto são classificados no passivo circulante e incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, na Demonstração dos Fluxos de Caixa, em cumprimento as especificações do Pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **c) Contas a receber e provisão para estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa:** O transporte de passageiros é uma atividade que gera baixos níveis de recebíveis a prazo, pois os serviços são recebidos, substancialmente, à vista. Dessa maneira, os passivos circulantes estão provisionados em sua totalidade para o exercício, enquanto os equivalentes de caixa são advindos de atividades futuras. As contas a receber estão registradas pelos valores efetivamente faturados, líquidas da provisão para estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, que corresponde à estimativa contábil de créditos dos clientes que possuem risco considerável de não serem quitados. A estimativa da Companhia considera os títulos vencidos a mais de 180 dias. **d) Estoques:** São representados pelos materiais para consumo e manutenção mantidos em estoque para garantir a disponibilidade imediata do consumo e reduzir o custo da operação. Em sua maioria, referem-se a peças de reposição, materiais de carrocerias e combustíveis utilizados para prestação de serviços e na manutenção preventiva dos veículos operacionais. São apresentados pelo método de custo médio unitário (Média Ponderada Móvel - MPM), ajustados por provisões quando necessário para refletir o valor da realização. Os materiais obsoletos são representados por itens sem giro a mais de 180 dias, exceto itens de baixo giro. A provisão de obsolescência é devidamente registrada nas demonstrações financeiras com base neste critério não havendo movimentação física dos estoques. A baixa destes itens somente ocorrerá quando os mesmos forem considerados como sucata. **e) Investimentos em controladas:** Os investimentos em controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo o seu poder sobre a entidade. Os investimentos em controladas são reconhecidos inicialmente ao custo, que inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Os resultados de participação societária são apresentados na demonstração de resultado da Companhia como equivalência patrimonial na proporção do resultado atribuível aos acionistas ou cotistas. **f) Imobilizado:** Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. A depreciação é iniciada quando os bens estão disponíveis para uso, sendo calculada e reconhecida na demonstração do resultado pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos bens que varia entre 5 e 8 anos. Os principais fatores considerados na definição da vida útil dos bens que compõem a frota da Companhia são as informações dos fabricantes, o nível de operação dos veículos, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens. As taxas médias de depreciação ano, que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, são apresentadas conforme abaixo:

	Vida útil % ao ano 2022	2021
Veículos de passageiros	7%	7%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10%	10%
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	10%
Edificações e melhoramentos	4%	4%
Equipamentos de processamento de dados	20%	20%
Veículos de apoio	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de comunicação	10%	10%
Instalações	10%	10%

Um item de imobilizado é baixado ou transferido para ativos disponíveis para venda, quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da transferência de titularidade do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor líquido contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado na rubrica "Resultado na alienação de imobilizado", no exercício que o ativo ocorrer a baixa. A Companhia mantém em seu ativo imobilizado a frota de veículos de passageiros com vida útil estimada de 5 a 8 anos. O valor residual de recuperação com a venda e o valor depreciável, são estimados por tipo de veículo e histórico de renovação de frota, conforme avaliação interna da Companhia segue os percentuais abaixo:

	Valor residual	Valor depreciável
Veículos de passageiros		
Ônibus urbanos	45%	55%
Ônibus rodoviários	45%	55%
Vans e micro-ônibus	60%	40%

Revisão da estimativa da vida útil dos ativos imobilizados: Em 2022, os avaliadores internos emitiram um laudo de avaliação, analisando a frota atual e o tempo médio de renovação. Através desta revisão das estimativas de vida útil e valor residual da frota não revelou necessidade de alterações. **Revisão do valor recuperável dos ativos:** O valor residual do ativo imobilizado é analisado anualmente para verificar possível perda no seu valor recuperável. Com exceção da frota de veículos, não são atribuídos valores residuais aos demais itens integrantes do ativo imobilizado, uma vez que, quando realizados por venda, possuem valores residuais irrelevantes. Durante os exercícios de 2022 e de 2021, a Companhia não constatou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável (*"impairment"*) dos ativos imobilizados é necessária. **Direito de uso de ativos e arrendamento mercantil:** A Companhia avalia se um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia arrenda imóveis, guichês e locação de espaço de bagageiros. Tais arrendamentos são negociados individualmente e contém diversos termos e condições. Como arrendatária, a Companhia, ao determinar o prazo executável do arredamento, considera todos os fatos e circunstâncias que criam incentivo econômico para exercer a opção de extensão, ou criam desincentivos econômicos para não exercer a opção de término antecipado. **g) Intangível:** Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. **i) Direitos de concessão:** A Companhia opera serviços de transporte coletivo de passageiros por meio de contratos de concessão, firmados com os poderes concedentes. A infraestrutura relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando: • O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e • O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão. Os direitos da Companhia sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que eles têm o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (passageiros) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços. Ativos intangíveis de infraestrutura são amortizados pelo método linear de acordo com o prazo do contrato de concessão na rubrica de custos com amortização na demonstração do resultado. **ii) Softwares:** Os softwares são classificados como intangíveis com vida útil definida, ou seja, são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício social e as mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa, consistente com a utilização do ativo intangível à taxa de 20% ao ano. **h) Perda por redução do valor recuperável de ativos intangíveis (teste de *"impairment"*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério também é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é realizado anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda de substância econômica que leve à desvalorização do valor contábil. **i) Tributação:** Impostos sobre vendas - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis, hipótese em que os mesmos são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **Empresas tributadas com base no Lucro Real: Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro** Líquido **(CSLL) correntes e diferidos** - O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 por ano para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, limitada a 30% do lucro real. A despesa do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de Ajustes de avaliação patrimonial. **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente** - ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável de IR e base negativa de CSLL, respectivamente do exercício, a taxas de impostos decretadas na data da apresentação das demonstrações financeiras. **Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos)** - Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual possa ser utilizado, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial do ativo ou passivo na transação que: • Não é uma combinação de negócios; e • No momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Os créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Companhia, observadas as limitações legais. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto: • Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro/prejuízo fiscal; • Impostos diferidos (IR e CSLL) estão reconhecidos no passivo circulante para as diferenças temporárias de curto prazo e não circulante para as diferenças em que há segregação de curto e longo prazo. São mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o passivo será liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço; • Impostos diferidos (IR e CSLL) relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial também são registrados no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. **Tributação sobre as receitas:** As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	12% a 18%
Cofins - Contribuição para seguridade social (cumulativo e não cumulativo)	3% e 7,6%
PIS - Programa de integração social (cumulativo e não cumulativo)	0,65% e 1,65%
ISSQN - Impostos sobre serviços de qualquer natureza	2% a 5%
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - transporte de passageiros	2%

A partir da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, as contribuições para o PIS e para o Cofins passaram a ser apuradas pela sistemática não cumulativa, porém as receitas de transporte rodoviário de passageiros em qualquer modalidade estão sujeitas à tributação cumulativa. Exceção às receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte coletivo rodoviário no âmbito municipal e intermunicipal metropolitano de passageiros que passaram a ser tributadas com alíquota zero a partir de maio de 2013, em relação às contribuições para o PIS e para o Cofins, conforme MP 617 de 31 de maio de 2013, convertida na Lei nº 12.860, de 11 de setembro de 2013. Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Cofins são contabilizados reduzindo o custo dos serviços prestados. Em 2015, o Decreto nº 8.426 de 1º de abril restabeleceu a incidência de PIS e Cofins sobre as receitas financeiras, nas seguintes alíquotas:

PIS - Programa de integração social	0,65%
Cofins - Contribuição para seguridade social s/ Receitas Financeiras	4,00%

j) Provisões para contingências: A provisão para contingência é uma obrigação presente registrada no balanço contábil decorrente de evento passado, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos, porém há incertezas quanto ao valor ou a data de liquidação. Na Companhia temos provisões de contingências que são classificadas no passivo não circulante, com as seguintes classificações: • Provisão de Processos Cíveis: Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais; • Provisão de Processos Trabalhistas: Referem-se a diversas demandas trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros; • Provisão de Processos Tributários: Referem-se substancialmente a autos de infração e execuções fiscais. A Companhia reconhece uma provisão, utilizamos os seguintes critérios: • Há obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; • É provável que tenha uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e • Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Atendendo aos critérios acima, contabilizamos os casos definidos como prováveis, diante das faixas de risco. Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. No exercício de 2022 a Companhia não possui ativos contingentes. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados (Nota Explicativa nº 21), e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Para a mensuração da provisão, o valor reconhecido deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Essas estimativas são definidas pelos assessores jurídicos, baseando-se na experiência de atuação da sua área e históricos de outros processos. **k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **l) Empréstimos e Financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. **Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração** - Com exceção do grupo de contas a receber, que terá seu reconhecimento inicial de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, mais ou menos, no vaso de ativos financeiros ou passivos financeiros que não seja ao valor justo por meio de resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar e fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros. Mensuração subsequente - A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. **Um ativo financeiro é baixado quando: i)** Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirar; e **ii)** O Grupo transferir os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas assumir a obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a um ou mais recebedores. **Um passivo financeiro é baixado quando: i)** Ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada; **ii)** Um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes; e **iii)** Ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo financeiro original e reconhecimento de um novo passivo financeiro, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis do passivo financeiro extinto ou transferido à outras partes, será reconhecida na demonstração do resultado. **m) Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. **n) Resultado por ação: Básico e diluído** - O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais conforme consta na Demonstração do Resultado do Exercício. **o) Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados:** As seguintes normas novas e alteradas para entrada em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023: • IFRS 17 (CPC 50): Contratos de Seguros; • Alterações no IAS 1 (CPC 26): Classificação de passivos como circulante e não circulante; • Alterações ao IAS 8 (CPC 23): Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 (CPC 26) e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas normas para as demonstrações financeiras serão avaliados. Não há outro CPC/IFRS que ainda não entrou em vigor que poderia ter impacto significativo sobre o Grupo.

3. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	2.219	6.789
Aplicações financeiras **(a)**	21.534	32.247
Totais	23.753	39.036

(a) Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são representadas por títulos privados - Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e remuneradas por taxas pós-fixadas que variam em média 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O Invest. Plus remunera a uma taxa de 20% do CDI

4. Contas a receber:	31/12/2022	31/12/2021
Administradores de cartões de crédito	4.885	4.884
Fretamentos	71.005	46.190
Órgãos públicos	–	6
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa **(a)**	(2.081)	(2.109)
Vale transporte	149.271	59.479
Outras	2.399	1.306
Total	225.479	109.756
Circulante	224.138	109.670
Não circulante	1.341	86
Total	225.479	109.756

(a) O saldo de provisão para a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, refere-se principalmente sobre o serviço de fretamento. A seguir apresentamos o *aging list* do contas a receber, conforme saldo apresentado acima:

	31/12/2022	31/12/2021
Total a vencer	64.228	45.170
Vencidos em até 1 mês	57.429	31.189
Vencidos de 1 a 6 meses	70.594	32.418
Vencidos de 6 a 12 meses **(a)**	20.123	48
Vencidos de 1 a 2 anos **(a)**	12.667	231
Vencidos acima de 2 anos	2.519	2.809
Total	227.560	111.865
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(2.081)	(2.109)
Total líquido da PCLD	225.479	109.756

(a) Referem-se ao saldo do cliente Secretaria do Estado de Transporte de Brasília. Movimentação da provisão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(2.109)	(27)
(-) Adições	–	(29)
(+) Reversões	28	–
Incorporações	–	(2.053)
Saldo final	(2.081)	(2.109)

Baixa de títulos considerados incobráveis - O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **5. Estoques:** O saldo deste grupo está composto por itens mantidos nas garagens para o abastecimento e manutenção preventiva e corretiva da frota.

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Combustíveis	2.068	2.053
Lubrificantes	1.107	885
Materiais de Carrocerias	344	253
Outros Materiais de Almoxarifado	96	80
Peças e acessórios	2.503	2.605
Pneus e Câmaras	998	2.245
(-) Provisão para obsolescência de estoque **(a)**	(102)	(413)
Material de Expediente e Informática	2	8
(-) Ajuste a valor presente de estoque	(135)	(117)
Total	6.881	7.599

(a) A provisão de perdas é constituída a partir de itens sem movimentação a mais de 180 dias.

6. Tributos a recuperar:	31/12/2022	31/12/2021
Antecipação de parcelamentos	326	326
Cofins sobre serviço prestado	64	–
CSLL saldo negativo **(a)**	2.009	12
CSLL sobre serviço prestado	108	26
ICMS créditos de ativo imobilizado **(b)**	21.535	13.416
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	4	3
INSS sobre serviço prestado	569	429
IRPJ saldo negativo **(a)**	5.570	31
IRRF sobre aplicações	463	460
IRRF sobre serviço prestado	2.570	5.089
PIS sobre serviço prestado	14	–
Outros impostos e contribuições	42	17
Total	33.274	19.809
Circulante	31.002	12.301
Não circulante	2.272	7.508
Total	33.274	19.809

(a) Saldo de antecipações de IRPJ e CSLL de 2022. **(b)** Refere-se a crédito de ICMS de ativos imobilizados decorrente da compra de novos veículos rodoviários para as filiais da Companhia na região de Piracicaba e Diadema. **7. Partes relacionadas:** No quadro a seguir, estão demonstrados os relacionamentos que a Companhia mantém saldo nas rubricas de partes relacionadas do balanço, o relacionamento será diferente, apenas quando, existir referência que o classifique de outra forma.

Razão social	Razão social abreviada	Relacionamento
Aller Participações S/A	Aller	Ligada
Blumob Concessionária de Transporte Urbano de Blumenau SPE Ltda.	Blumob	Ligada
BR Mobilidade Baixada Santista S/A - SPE	BR Mobilidade	Ligada
BR Vias Holding VRD	BR Vias	Ligada
Breda Logística Ltda.	Breda Logística	Ligada
Cidade Verde Transportes Rodoviários Ltda.	Cidade Verde	Ligada
Comporte Participações S.A	Comporte	Controladora Direta
Empresa Cruz de Transportes Ltda.	Empresa Cruz	Ligada
Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A	Penha	Ligada
Empresa de Transportes Líder Ltda.	Líder	Ligada
Empresa Princesa do Norte S/A	Princesa	Ligada
Expresso Caxiense S/A	Caxiense	Ligada
Expresso de Prata Ltda.	Expresso de Prata	Ligada
Expresso Itamarati S/A	Itamarati	Ligada
Expresso Maringá Ltda.	Maringá Ltda	Ligada
Expresso União Ltda.	Expresso União	Ligada
Gol Linhas Aéreas S.A.	Gol	Ligada
Glarus Serviços, Tecnologia e Participações S/A	Glarus	Ligada
Itamarati Express Transp Cargas e Encom Ltda.	Itamarati Express	Ligada
Joseense Transportes de Passageiros Ltda.	Joseense	Ligada
Limmat Participações S/A	Limmat	Ligada
Mobitrans Administração e Participações S.A	Mobitrans	Ligada
Patrimony Administradora de Bens S/A	Patrimony	Ligada
Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S/A	Super Quadra	Ligada
Thurgau Participações S/A	Thurgau	Ligada
Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda.	TCCC	Ligada
Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda.	TCGB	Ligada
Turb Transp. Urbano S/A	Turb	Ligada
União Administradora de Bens Ltda.	União Administradora	Ligada
União Transp. de Enc. e Comércio de Veículos Ltda.	União Transportes	Ligada
Vaud Participações S/A	Vaud	Ligada
VCB Transportes Ltda.	VCB	Ligada
Viação Apucarana Ltda.	Apucarana	Ligada
Viação Luwasa Ltda.	Luwasa	Ligada

7.1. Resumo do saldo e das transações entre partes relacionadas:

Natureza da principal operação	Ativo 31/12/2022	Ativo 31/12/2021	Passivo 31/12/2022	Passivo 31/12/2021
Aluguel	–	21	1.009	574
Cessão	38.221	38.221	–	–
Debêntures	72.129	79.178	–	–
Dividendos	149	4.293	–	–
Mútuos **(a)**	45.982	119.553	4.200	1.945
Outros créditos/obrigações **(b)**	167.738	20.531	1.637	4.576
Total	324.219	261.797	6.846	7.095
Circulante	29.217	76.952	2.646	1.692
Não circulante	295.002	184.845	4.200	5.403
Total	324.219	261.797	6.846	7.095

(a) A Companhia mantém operações de mútuos sem prazo de vencimento e sem incidência de juros. **(b)** Venda de quotas da empresa Polaris Participações Ltda. pela Companhia para Patrimony Administradora de Bens S.A., aumento de capital social na Companhia pela Comporte Participações S.A., compartilhamento de custos e despesas a Companhia com as empresas do grupo econômico.

7.1.1. Resumo dos saldos das transações da Companhia:

Ativo	Aluguel 31/12/2021	Dividendos 31/12/2022	Dividendos 31/12/2021	Debêntures 31/12/2022	Debêntures 31/12/2021	Mútuos 31/12/2022	Mútuos 31/12/2021	Cessão 31/12/2022	Cessão 31/12/2021	Outras contas a receber 31/12/2022	Outras contas a receber 31/12/2021
Aller	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3.214	3.324
Apucarana	–	–	–	–	–	–	–	–	–	45	28
Blumob	–	–	–	–	–	–	9.300	–	–	179	165
BR Mobilidade	–	149	4.293	–	–	–	–	–	–	560	395
BR Vias	–	–	–	21.740	11.657	–	–	–	–	–	–
Breda Logística	–	–	–	–	–	–	–	–	–	101	80
Caxiense	–	–	–	–	–	–	–	–	–	114	53
Cidade verde	–	–	–	–	–	–	–	–	–	74	–
Comporte	–	–	–	–	–	–	41.880	38.221	38.221	118.860	4.359
Empresa Cruz	–	–	–	–	–	–	–	–	–	233	792
Expresso União	–	–	–	–	–	–	750	–	–	600	251
Expresso Itamarati	–	–	–	–	–	–	–	–	–	253	351
Expresso Maringá	–	–	–	–	–	–	–	–	–	266	–
Expresso de Prata	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	–
Joseense	–	–	–	–	–	–	1.240	–	–	131	68
Limmat	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3.214	3.214
Líder	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1
Luwasa	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	9
Maringá do Vale	–	–	–	–	–	–	4.695	–	–	153	61
N.S. Penha	–	–	–	–	–	–	–	–	–	405	454
Patrimony	–	–	–	–	–	–	–	–	–	32.000	–
Princesa	–	–	–	–	–	–	7.040	–	–	493	364
Super Quadra	–	–	–	50.389	67.521	34.632	41.255	–	–	44	6
TCCC	–	–	–	–	–	–	–	–	–	166	–
TCGB	–	–	–	–	–	–	–	–	–	102	77
Thurgau	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3.214	3.214
Turb	–	–	–	–	–	11.350	13.393	–	–	–	–
União Transportes	–	–	–	–	–	–	–	–	–	21	–
União Administradora	–	–	–	–	–	–	–	–	–	75	6
Vaud	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3.214	3.214
VCB	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0	23
TCGM	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	19
União Transp.	21	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras Empresas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3
Total	21	149	4.293	72.129	79.178	45.982	119.553	38.221	38.221	167.738	20.531
Circulante	21	149	4.293	13.048	9.157	–	50.108	–	6.420	16.020	6.953
Não circulante	–	–	–	59.081	70.021	45.982	69.445	38.221	31.801	151.718	13.578
Total	21	149	4.293	72.129	79.178	45.982	119.553	38.221	38.221	167.738	20.531

continua ➡

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 23/03/2023 20:49:24 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 3E8829E5-072D-4562-9BD4-4346ADFFE329

continuação

Passivo	Aluguel 31/12/22	Aluguel 31/12/21	Mútuos 31/12/22	Mútuos 31/12/21	Outras contas a pagar 31/12/22	Outras contas a pagar 31/12/21
BR Mobilidade	–	–	–	–	482	562
Breda Logística	–	–	–	–	50	3.081
Comporte	–	–	–	–	918	253
Empresa Cruz	–	–	–	–	–	7
Expresso União	–	–	–	–	2	–
Glarus	–	–	–	–	3	1
Joseense	–	–	–	–	–	59
Maringá do Vale	–	–	–	–	–	13
Mobitrans	85	–	–	–	177	87
N.S. Penha	–	–	4.200	–	4	–
Patrimony	924	574	–	–	–	–
Princesa	–	–	–	–	–	14
Quality	–	–	–	–	–	42
Rental	–	–	–	–	–	193
Super Quadra	–	–	–	1.945	–	–
União Transportes	–	–	–	–	1	–
Serviços Gráficos	–	–	–	–	–	184
Outras Empresas	–	–	–	–	–	80
Total	**1.009**	**574**	**4.200**	**1.945**	**1.637**	**4.576**
Circulante	1.009	574	–	–	1.637	1.118
Não circulante	–	–	4.200	1.945	–	3.458
Total	**1.009**	**574**	**4.200**	**1.945**	**1.637**	**4.576**

Debêntures: Super Quadra: A Companhia adquiriu debêntures privadas emitidas pela empresa ligada Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S/A - conforme escritura da 2ª emissão de debêntures privadas, não conversíveis em ações, de espécie quirografária e sem garantias, celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ("AGE"), realizada em 25 de outubro de 2015 e registrada na Junta Comercial do Distrito Federal - JCDF sob nº 20151056030 em 01 de dezembro de 2015. As debêntures foram adquiridas pelo seu valor unitário de R$ 1.000,00 (Um mil reais) no total de 40.000 (quarenta mil) unidades e foram emitidas e integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, em 03 (três) séries pela Companhia. A partir da data da emissão as debêntures contemplam juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada do DI - Depósitos Interfinanceiros acrescidas de 6% ao ano, paga na data de vencimento e calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidente sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário apurado. As debêntures emitidas pela empresa "Super Quadra" apresentam-se vencidas., Entretanto, o objeto principal para a emissão destes títulos era o lançamento do empreendimento "Quadra 500" que foi viabilizado e teve a sua comercialização iniciada em novembro de 2020. A Super Quadra se compromete a efetuar a quitação das Debêntures de acordo com o fluxo de caixa das unidades vendidas. **BR Vias:** A Companhia adquiriu debêntures simples, não conversíveis em ações e emitidas pela empresa BR Vias Holding VRD, conforme detalhado a seguir:

Descrição	3ª Emissão	4ª Emissão
Série	Única	Única
Valor da emissão	16.600.000,00	100.000.000,00
Quantidade de emissão	16.600	100.000
Valor unitário	1.000,00	1.000,00
Data da emissão	15/07/2019	14/01/2022
Data de vencimento	15/04/2036	15/04/2036
Amortização das parcelas	Semestral	Semestral
Espécie	Quirografária	Quirografária
Taxa de juros a.a. %	103% DI	103% DI

A seguir, demonstramos o reflexo no resultado do exercício proveniente das operações com partes relacionadas:

	Tipo de operação	Receita 31/12/2022	Receita 31/12/2021	Custos 31/12/2022	Custos 31/12/2021	Despesas administrativas 31/12/2022	Despesas administrativas 31/12/2021	Resultado financeiro 31/12/2022	Resultado financeiro 31/12/2021
Aurea	Aluguel de imóvel	–	–	(425)	–	–	–	–	–
BR Vias	Juros	–	–	–	–	–	–	3.626	289
Comporte	Serviços administrativos	–	–	–	–	(2.845)	(2.075)	–	–
Empresa Cruz	Locação de veículos	106	–	–	–	–	–	–	–
Expresso de Prata	Locação de veículos	1	–	–	–	–	–	–	–
Expresso União	Aluguel de imóvel e veículos	1.065	193	–	–	–	–	–	–
Expresso Itamarati	Locação de veículos	5	33	–	–	–	–	–	–
Glarus	Serviços administrativos	–	–	–	–	(17)	(26)	–	–
Gol **(*)**	Fretamento/Juros	3.620	3.418	–	–	–	–	195	–
Itamarati Express	Fretes e carretos	–	–	–	(1)	–	–	–	–
Mobitrans	Serviços de consultoria	–	–	–	–	(1.884)	–	–	–
Patrimony	Aluguel de imóvel	–	–	(10.274)	(5.287)	(1.287)	(1.165)	–	–
Penha	Aluguel de imóvel e veículos	1.074	151	–	–	–	–	–	–
Princesa	Locação de veículos	66	20	–	–	–	–	–	–
Turb	Fretes e carretos	–	–	–	–	–	(74)	–	–
União Transp.	Fretes e carretos/Aluguel de bagageiro	252	257	(26)	(71)	(1)	–	–	–
VCB	Locação de veículos	44	–	–	–	–	–	–	–
Total		**6.233**	**4.072**	**(10.725)**	**(5.359)**	**(6.034)**	**(3.340)**	**3.821**	**289**

(*) Refere-se a serviços prestados de fretamento e fretes e carretos pela Companhia a Gol Linhas Aéreas S.A.

8. Depósitos Judiciais:	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	2.220	2.139
Penhora de crédito **(a)**	2.949	8.764
Trabalhistas	2.488	2.125
Tributário	1.099	35
Total não circulante	**8.756**	**13.063**

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2022 é composto em R$ 301 de processos tributários, R$ 1.964 nos processos trabalhistas e R$ 684 de processos cíveis.

9. Outros créditos:	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos a funcionários	3.137	2.384
Alienação de Bens	30.699	23.043
Aluguéis a receber	7	14
Milhas Smiles **(a)**	44.000	–
Seguros	597	315
Valores e Créditos vinculados	–	32
Outras Contas a Receber	2.744	2.472
Total	**81.184**	**28.260**
Circulante	78.691	26.042
Não circulante	2.493	2.218
Total	**81.184**	**28.260**

(a) Milhas Smiles: A Companhia celebrou em 27/12/2022 a compra à vista de milhas smiles da Gol Linhas Aéreas S.A., adquirindo o montante de R$ 44.000.000 em milhas.

10. Investimentos:

10.1. Participações societárias:

Investidas	Participação societária	Distribuição antecipada de lucros	AFAC	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Blumob Conc. de Transp. Urbano de Blumenau SPE Ltda.	298	–	–	**298**	**178**
BR Mobilidade Baixada Santista S/A - SPE	1.381	(370)	–	**1.011**	**1.040**
Expresso de Prata Ltda.	93.898	–	5.037	**98.935**	–
Polaris Participações Ltda.	–	–	–	–	**55.110**
Total	**95.577**	**(370)**	**5.037**	**100.244**	**56.328**

Embora a Companhia detenha participação societária nessas empresas, ela não detém o controle e, consequentemente, por esse motivo não consolida as demonstrações financeiras dessas empresas.

10.2. Movimentação dos investimentos:

Investidas	Saldo em 31/12/2021	Distribuição de Lucros/ Dividendos	Resultado de equivalência patrimonial	Quotas/ Ações	AFAC	Outras movimentações	Saldo em 31/12/2022
Blumob Conc. de Transp. Urbano de Blumenau SPE Ltda.	178	–	120	–	–	–	**298**
BR Mobilidade Baixada Santista S/A - SPE	1.040	(370)	341	–	–	–	**1.011**
Expresso de Prata Ltda.	–	–	7.195	86.703	5.037	–	**98.935**
Polaris Participações Ltda.	55.110	–	(1)	(55.113)	5	(1)	–
Total	**56.328**	**(370)**	**7.655**	**31.590**	**5.042**	**(1)**	**100.244**

10.3. Equivalência patrimonial:

Investidas	Participação %	Patrimônio líquido	AFAC	Dividendos antecipados	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimento
Blumob Conc. de Transp. Urbano de Blumenau SPE Ltda.	1,00%	29.819	–	–	12.015	120	298
BR Mobilidade Baixada Santista S/A - SPE	1,00%	100.698	–	(37.401)	34.116	341	1.011
Expresso de Prata Ltda.	100,00%	(524)	5.037	–	7.194	7.195	98.935
Polaris Participações Ltda.	0,00%	–	–	–	–	(1)	–
Total		**129.993**	**5.037**	**(37.401)**	**53.325**	**7.655**	**100.244**

10.4. Outras informações sobre os investimentos: Apresentamos a participação de ativos, passivos, receitas e despesas nas empresas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo Total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Passivo Total	Receitas	Custos e despesas	Resultado do exercício
Blumob Conc. de Transp. Urbano de Blumenau SPE Ltda.	3.092	63.914	**67.006**	22.972	14.215	29.819	**67.006**	106.477	(94.463)	**12.015**
BR Mobilidade Baixada Santista S/A - SPE	125.945	228.599	**354.544**	128.150	125.696	100.698	**354.544**	338.717	(304.601)	**34.116**
Expresso de Prata Ltda	28.466	28.347	**56.813**	29.248	28.089	(524)	**56.813**	72.102	(64.908)	**7.194**
Total	**157.503**	**320.860**	**478.363**	**180.370**	**168.000**	**129.993**	**478.363**	**517.296**	**(463.972)**	**53.325**

11. Imobilizado:

Imobilizado de uso	Custo (31/12/2021)	Depreciação acumulada (31/12/2021)	Saldo inicial líquido (31/12/2021)	Adições de bens	Depreciação	Baixa de ativos e outros	Transferências	Saldo final líquido	Custo (31/12/2022)	Depreciação acumulada (31/12/2022)
Veículos de passageiros - Próprios	724.682	(196.625)	**528.057**	214.134	(42.967)	(45.036)	10.122	**664.310**	860.817	(196.507)
Veículos de passageiros - Direito de Uso - Loc	1.090	(999)	**91**	–	(91)	–	–	–	–	–
Edificações e melhoramentos - Próprios	188	(130)	**58**	–	(6)	(18)	–	**34**	79	(45)
Edificações e melhoramentos - Direito de Uso	32.188	(21.520)	**10.668**	33.099	(11.744)	(729)	–	**31.294**	45.175	(13.881)
Veículos de carga	524	(106)	**418**	43	(64)	–	–	**397**	567	(170)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	34.256	(16.376)	**17.880**	899	(2.987)	–	1.317	**17.109**	36.472	(19.363)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	20.347	(16.121)	**4.226**	593	(934)	–	–	**3.885**	20.940	(17.055)
Obras em andamento	2.710	–	**2.710**	5.176	–	–	(1.333)	**6.553**	6.553	–
Equipamentos de processamento de dados	6.077	(5.066)	**1.011**	708	(449)	–	16	**1.286**	6.801	(5.515)
Veículos de apoio	2.554	(1.399)	**1.155**	728	(409)	(37)	–	**1.437**	2.997	(1.560)
Móveis e utensílios	3.783	(2.888)	**895**	135	(195)	–	–	**835**	3.918	(3.083)
Equipamentos de comunicação	1.446	(1.176)	**270**	35	(66)	–	–	**239**	1.481	(1.242)
Terrenos	441	–	**441**	–	–	(28)	–	**413**	413	–
Instalações	92	(20)	**72**	–	(9)	–	–	**63**	92	(29)
Aeronaves	37.502	(10.313)	**27.189**	–	(1.250)	(25.939)	–	–	–	–
Veículos em fase de montagem	10.122	–	**10.122**	11.231	–	–	(10.122)	**11.231**	11.231	–
Total	**878.002**	**(272.739)**	**605.263**	**266.781**	**(61.171)**	**(71.787)**	–	**739.086**	**997.536**	**(258.450)**

Garantias - Os veículos de passageiros próprios possuem parcialmente garantias e está composto pelo montante de R$ 309.315. No momento de sua aquisição os mesmos são alienados fiduciariamente aos contratos de empréstimos e financiamentos.

12. Intangível:

Intangível	Custo (31/12/2021)	Amortização acumulada (31/12/2021)	Saldo inicial líquido (31/12/2021)	Adições de bens	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo final líquido	Custo (31/12/2022)	Amortização acumulada (31/12/2022)
Softwares **(a)**	8.740	(6.694)	**2.046**	13.101	(787)	–	206	**14.360**	22.047	(7.481)
Intangível em desenvolvimento	8.031	–	**8.031**	1.119	–	(7.568)	(206)	**1.582**	1.376	–
Total	**16.771**	**(6.694)**	**10.077**	**14.220**	**(787)**	**(7.568)**	–	**15.942**	**23.423**	**(7.481)**

(a) O saldo é composto substancialmente pela apropriação do Software do Projeto de Implantação Salesforce como gestão e relacionamento ao cliente.

13. Empréstimos e financiamentos: O saldo é representado substancialmente por contratos na modalidade Finame firmados pelo do segmento de Transporte Rodoviário de Passageiros para renovação das frotas. Para aprovação e obtenção destes financiamentos, são necessários pagamentos parciais como entrada para aquisição dos bens. Eventualmente, a Companhia efetua contratos de capital de giro para suprir tais necessidades.

	Modalidade	Taxa média de juros efetiva (a.a.)	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos - capital de giro			**223.800**	**143.048**
Banco Safra	Pós-fixado	CDI + 4,91% a.a. (CET 20,85% a.a.)	19.039	21.263
Banco do Brasil	Pós-fixado	CDI + 2,84% a.a. (CET 17,67% a.a.)	121.077	72.032
Banco Santander	Pós-fixado	CDI + 4,25% a.a. (CET 20,65% a.a.)	34.014	–
Banco Mercedes Benz do Brasil	Pré-fixado	9,04% a.a.	–	15
Banco Luso	Pós-fixado	CDI + 6,45% a.a. (CET 22,27% a.a.)	8.130	1.056
BRB Banco de Brasília	Pós-fixado	CDI + 4,78% a.a. (CET 21,39% a.a.)	38.529	41.668
Banco Pine	Pós-fixado	CDI + 6,00% a.a. (CET 21,60% a.a.)	3.011	7.014
Empréstimos conta garantida			**11.525**	**208**
Banco Safra	Pós-fixado	CDI + 4,40% a.a.	–	208
Banco do Brasil	Pré-fixado	36,34%% a.a.	6.509	–
BRB Banco de Brasília	Pré-fixado	15,97% a.a.	5.016	–
Financiamentos			**215.814**	**197.686**
Banco Safra	Pré e Pós	CET 18,93% a.a.	4.386	–
Banco Santander	Pós-fixado	TLP + 7,46% a.a. (CET 22,08% a.a.)	15.891	21.038
Banco Mercedes Benz do Brasil	Pré e Pós	CET 11,85% a.a.	181.875	171.413
Scania Banco	Pós-fixado	Selic + 4,34% a.a. (CET 18,35% a.a.)	1.431	2.798
Banco Money Plus	Pré-fixado	8,71% a.a.	2.083	2.414
Banco Volvo	Pré-fixado	12,37% / 12,77% a.a.	–	23
Banco RCI	Pré-fixado	4,78% a.a.	885	–
Banco Luso	Pós-fixado	CDI + 6,51% a.a. (CET 22,67% a.a.)	6.475	–
Banco Daycoval	Pós-fixado	CDI + 6,75% a.a. (CET 22,97% a.a.)	2.788	–
Total			**451.139**	**340.942**
Circulante			219.422	145.879
Não circulante			231.717	195.063
Total			**451.139**	**340.942**

Os contratos das modalidades de empréstimos e financiamentos possuem garantias conforme mencionados abaixo:

Modalidade	Garantias
Empréstimos - Capital de giro	Sócios como garantidores
Financiamentos	Alienação fiduciária dos bens financiados

13.1. Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2021	Captação	Amortização	Pagamento de juros	Apropriação de juros	Variação monetária	31/12/2022
Empréstimos - capital de giro	**143.048**	**197.305**	**(113.877)**	**(31.916)**	**29.086**	**156**	**223.800**
Banco Safra	21.263	–	(4.792)	(1.346)	3.914	–	19.039
Banco do Brasil	72.032	118.000	(66.768)	(20.084)	17.897	–	121.077
Banco Santander	–	33.103	–	–	912	–	34.014
Banco Mercedes Benz do Brasil	15	–	(17)	–	2	–	–
BRB Banco de Brasília	41.668	37.765	(37.350)	(8.623)	4.913	156	38.529
Banco Luso	1.056	8.438	(1.284)	(632)	553	–	8.130
Banco Pine	7.014	–	(3.667)	(1.230)	894	–	3.011
Empréstimos conta garantida	**208**	**21.458**	**(10.208)**	**(129)**	**196**	–	**11.525**
BRB Banco de Brasília	–	14.958	(10.000)	(129)	187	–	5.016
Banco do Brasil	–	6.500	–	–	9	–	6.509
Banco Safra	208	–	(208)	–	–	–	–
Financiamentos	**197.686**	**84.365**	**(60.240)**	**(25.556)**	**19.341**	**220**	**215.814**
Banco Safra	–	4.834	(218)	(627)	397	–	4.386
Banco Santander	21.038	–	(4.960)	(3.788)	3.601	–	15.891
Banco Mercedes Benz do Brasil	171.413	66.881	(51.171)	(19.748)	14.308	192	181.875
Scania Banco	2.798	–	(1.388)	(485)	478	28	1.431
Banco Money Plus	2.414	–	(254)	(214)	137	–	2.083
Banco RCI	–	972	(6)	(83)	2	–	885
Banco Luso	–	6.882	(271)	(477)	343	–	6.475
Banco Daycoval	–	4.796	(1.950)	(133)	75	–	2.788
Banco Volvo	23	–	(22)	(1)	–	–	–
Total	**340.942**	**303.128**	**(184.325)**	**(57.601)**	**48.623**	**376**	**451.139**

A seguir apresentamos a composição do saldo de empréstimos e financiamentos por vencimento (*aging list*):

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Capital de giro	128.750	57.509	22.567	13.819	1.155	–	**223.800**
Conta Garantida	11.525	–	–	–	–	–	**11.525**
Financiamentos	79.148	61.371	40.200	24.445	10.308	342	**215.814**
Total	**219.423**	**118.880**	**62.767**	**38.264**	**11.463**	**342**	**451.139**

Cláusula restritivas: Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas as quais foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2022.

14. Debêntures:

Debêntures	Taxa média de juros (a.a.)	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Banco do Brasil			**174.041**	**211.581**
3a Emissão	130% DI	15/03/2025	44.295	56.873
4a Emissão	100% DI + 2,95% a.a.	21/01/2026	129.746	154.708
Banco Safra			**77.879**	**104.886**
5a Emissão	100% DI + 3,65% a.a.	28/06/2026	77.879	104.886
Total			**251.920**	**316.467**
Circulante			60.768	238.689
Não circulante			191.152	77.778
Total			**251.920**	**316.467**

14.1. Movimentação das debêntures:

Debêntures	31/12/2021	Amortização	Pagamento de juros	Apropriação de juros	31/12/2022
Banco do Brasil	**211.581**	**(37.006)**	**(26.807)**	**26.273**	**174.041**
3ª Emissão	56.873	(12.006)	(7.495)	6.923	44.295
4ª Emissão	154.708	(25.000)	(19.312)	19.350	129.746
Banco Safra	**104.886**	**(20.370)**	**(20.350)**	**13.713**	**77.879**
5ª Emissão	104.886	(20.370)	(20.350)	13.713	77.879
Total	**316.467**	**(57.376)**	**(47.157)**	**39.986**	**251.920**

A seguir apresentamos a composição do saldo de debêntures por vencimento (*aging list*):

	2023	2024	2025	2026	Total
Debêntures	60.768	103.203	74.414	13.535	**251.920**
Total	**60.768**	**103.203**	**74.414**	**13.535**	**251.920**

A Companhia contraiu juntamente com o Banco Safra e BB BCO de investimento S.A, debêntures simples não conversíveis em ações, conforme detalhado a seguir:

Emissora			**Viação Piracicabana S.A.**
Descrição	**3ª Emissão**	**4ª Emissão**	**5ª Emissão**
Coordenador líder (banco)	BB BCO de investimento S.A.	BB BCO de investimento S.A.	Banco Safra S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.
Série	Única	Única	Única
Valor da emissão	200.000.000,00	200.000.000,00	100.000.000,00
Quantidade de emissão	20.000	20.000	100.000
Valor unitário	10.000,00	10.000,00	1.000,00
Data da emissão	15/03/2019	21/01/2020	28/06/2021
Data de vencimento	15/03/2025	21/01/2026	28/06/2026
Amortização das parcelas	Mensal	Mensal	Mensal
Espécie	Flutuante	Flutuante	Quirografária
Identificação	VPRC13	VPRC14	VPRC15
Taxa de juros a.a. %	130% DI	100% DI + 2,95%	100% DI+3,65%

Vencimento antecipado - Cláusulas restritivas ("*covenants*"): O contrato estabelece que serão consideradas antecipadamente vencidas as debêntures, tornando-se imediatamente exigível da emissora o pagamento do valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data da primeira subscrição e integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores devidos na data em que tomar ciência da ocorrência de certas hipóteses, as quais são apresentadas em sua relevância, tais como: • Descumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias estabelecidas na emissão de Debêntures pela emissora ou pelos fiadores; • Se a emissora ou os garantidores sofrerem protestos individualmente ou de forma agregada com valores correspondentes ao montante imposto na escritura; • Se a emissora, requererem a sua recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; • Decretação do vencimento antecipado de qualquer operação financeira contratada pela Emissora ou pelos fiadores com valores correspondentes ao montante imposto na escritura; • Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária em que os acionistas da Emissora não mantenham o controle acionário; • Não observância, pela emissora, da destinação dos recursos da Emissão prevista na Escritura; • Transformação da Emissora em sociedade limitada; • Redução de capital social da emissora sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral dos Debenturistas; • Pagamento de dividendos pela emissora ou fiadores superior a 25% do lucro líquido apurado no exercício social, exceto aos dividendos referente a exercícios anteriores conforme montante estipulado na escritura; • Sequestro, aresto ou penhora de ativos da Emissora ou dos fiadores, desde que impossibilite o cumprimento das obrigações relativas à oferta restrita; • Alteração do objeto social da emissora que resulte em alteração relevante no setor de atuação sem prévia autorização da maioria dos Debenturistas; • Não observância pela controladora do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA que não poderá ser superior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) por todo o período de vigência da emissão. A Companhia avaliou todas as cláusulas relacionadas ao vencimento antecipado e entende que em 31 de dezembro de 2022 está adimplente a todas as condições estipuladas contratualmente. **Garantias** - Como garantias, os debenturistas contarão com privilégio geral sobre os ativos da emissora, sem qualquer impedimento à negociação ou oneração desses bens e; Como garantias, as debêntures contarão com hipoteca os imóveis indicados: • Imóvel objeto da matrícula nº 37.319 do Segundo Oficial de Registro de Imóveis de São Bernardo do Campo - SP; • Imóvel objeto da matrícula nº 107.538 do Quarto Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo - SP; • Imóvel objeto da matrícula nº 107.539 do Quarto Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo - SP; • Imóvel objeto da matrícula nº 137.481 do Terceiro Oficial de Registro de Imóveis de Campinas - SP; • Imóvel objeto da matrícula nº 174.454 do Décimo Quarto Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo - SP; • Imóvel objeto da matrícula nº 120.963 do Décimo Oitavo Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo - SP. **15. Arrendamentos financeiros e direitos de uso de ativo:**

	Indexador	Taxa média de juros efetiva (a.a.)	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento Mercantil			**81.568**	**19.803**
Banco Safra	Pós-fixado	CDI+4,72% - (CET 20,06% a.a.)	46.122	19.803
Banco Daycoval	Pós-fixado	CDI+6,75% a.a. (CET 22,5% a.a.)	2.053	–
Banco Santander	Pós-fixado	CDI + 4,57% a.a. (CET 19,89% a.a.)	33.393	–
Arrendamento - Direito de uso			**32.952**	**11.189**
Arrendamento a pagar		12,03% a.a.	38.078	13.240
Juros a apropriar			(5.126)	(2.051)
Total			**114.520**	**30.992**
Circulante			46.317	15.215
Não circulante			68.203	15.777
Total			**114.520**	**30.992**

Os arrendamentos mercantis financeiros referem-se às aquisições de veículos de apoio. Os arrendamentos classificados neste grupo têm características de financiamentos, onde as Controladas assumem os riscos dos bens adquiridos e a opção de compra está intrínseco em suas parcelas. Os direitos de uso de ativos referem-se aos contratos de aluguéis de imóveis e locação de veículos.

15.1. Movimentação dos arrendamentos financeiros:

	31/12/2021	Captação	Amortização	Pagamento de juros	Apropriação de juros	Variação monetária	31/12/2022
Arrendamento Mercantil	**19.803**	**68.362**	**(12.032)**	**(4.627)**	**6.082**	**3.980**	**81.568**
Banco Safra	19.803	34.915	(11.067)	(3.485)	3.853	2.103	46.122
Banco Santander	–	31.425	(903)	(1.077)	2.126	1.822	33.393
Banco Daycoval	–	2.022	(62)	(65)	103	55	2.053
Arrendamento - Direito de uso	**11.189**	**31.938**	**(10.175)**	**(3.767)**	**3.767**	–	**32.952**
Arrendamento a pagar	13.240	38.780	(10.175)	(3.767)	–	–	38.078
Juros a apropriar	(2.051)	(6.842)	–	–	3.767	–	(5.126)
Total	**30.992**	**100.300**	**(22.207)**	**(8.394)**	**9.849**	**3.980**	**114.520**

A seguir apresentamos a composição do saldo de arrendamentos financeiros por vencimento (*aging list*):

	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Arrendamentos financeiros	33.358	21.712	14.125	8.314	4.059	**81.568**
Arrendamentos - Direito de uso	12.958	14.040	4.510	1.340	104	**32.952**
Total	**46.316**	**35.752**	**18.635**	**9.654**	**4.163**	**114.520**

15.2. Direito de uso e arrendamentos: A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2). O reconhecimento inicial considerou um fluxo financeiro de todos os contratos de: Finame, Leasing, CDC e Capital de Giros, deste montante resultou na Taxa Interna de Retorno (TIR). A revisão da taxa é realizada anualmente pela análise do fluxo financeiro de todos os contratos de financiamento. Os principais contratos de arrendamento referem-se a aluguéis de: imóveis e guichês e locação de espaço de Bagageiro. Os efeitos inflacionários no exercício de 2022 de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA (Índice nacional de preços ao consumidor amplo) de 5,79% a.a. para o exercício de 2022 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

	Arrendamentos - Direito de uso 31/12/2022
Fluxo Real	
Arrendamentos - Direito de Uso	38.078
(-) Juros a Apropriar	(5.126)
Fluxo Inflacionário	
Arrendamentos - Direito de Uso	40.283
(-) Juros a Apropriar	(5.422)

16. Obrigações de risco sacado: A Companhia possui parcerias com instituições financeiras (Safra e Santander) para antecipação de pagamentos referentes à aquisição de produtos com o fornecedor Vibra Energia S.A (Petrobras). Nestas operações, denominadas de risco sacado, o banco paga os valores devidos pela Companhia a Vibra e, posteriormente, dentro do prazo de 120 dias, o banco recebe da Companhia.

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Obrigações de risco sacado	56.009	41.312
(-) Ajuste a valor presente	(1.633)	(991)
Total	**54.376**	**40.321**

17. Obrigações tributárias:	31/12/2022	31/12/2021
Cofins a recolher	12.201	1.260
INSS sobre contribuições previdenciárias **(a)**	48.416	54.432
ICMS	61.890	61.383
(-) Depósito judicial ICMS **(b)**	(60.320)	(60.320)
INSS	20	30
IRRF	2.512	1.673
ISS a recolher	–	7
ISS retido de terceiros a recolher	–	26
Impostos retidos (Pis/Cofins/Csll e Iss)	275	68
PIS a recolher	2.644	273
Outros	5	–
Total	**67.643**	**58.832**
Circulante	19.227	4.400
Não circulante	48.416	54.432
Total	**67.643**	**58.832**

(a) Em 2016, A Companhia iniciou as compensações do INSS devido com créditos decorrentes da indevida incidência da contribuição previdenciária sobre valores e rubricas que não correspondem ao conceito de salário-de-contribuição, tais como: descontos de coparticipação de benefícios e os 15 (quinze) primeiros dias de afastamento do empregado, por doença ou acidente, assim como no que tange ao adicional de 1/3 (um terço) sobre as férias. Considerando que todas as tomadas de créditos ainda não foram homologadas, a título de garantir o postulado da prudência, adotamos o registro dos passivos referentes a esta obrigação até que a devida compensação tenha seu processo de análise finalizado pela Secretaria da Receita Federal. **(b)** O saldo refere-se ação direta da incidência do ICMS sobre o transporte de passageiro por via terrestre. Os valores discutidos foram depositados judicialmente e a ação foi julgada improcedente, ou seja, não obtivemos êxito, estamos aguardando os autos serem arquivados definitivamente para compensarmos os depósitos judiciais de ICMS. **18. Parcelamentos fiscais:** A Companhia aderiu aos parcelamentos dos impostos (ICMS, PIS, Cofins, IRFF, INSS, CPRB, IRPJ e CSLL) disponibilizados pelo governo.

	31/12/2022	31/12/2021
Refinanciamentos fiscais	32.530	28.924
Total	**32.530**	**28.924**
Circulante	10.179	7.520
Não circulante	22.351	21.404
Total	**32.530**	**28.924**

Aging list	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Parcelamentos fiscais	10.179	10.167	8.914	1.853	1.417	32.530
Total	**10.179**	**10.167**	**8.914**	**1.853**	**1.417**	**32.530**

19. Obrigações trabalhistas	31/12/2022	31/12/2021
Contribuições	–	27
Férias e 13º salário	35.311	29.934
FGTS a recolher	2.733	2.279
INSS a recolher	7.253	5.965
Salários a pagar	10.293	8.698
Total circulante	**55.590**	**46.903**

20. Outras obrigações	31/12/2022	31/12/2021
Aquisição de cotas **(a)**	73.000	–
Outras contas a pagar **(b)**	19.876	2.100
Total	**92.876**	**2.100**
Circulante	29.876	2.100
Não circulante	63.000	–
Total	**92.876**	**2.100**

(a) O saldo é composto pela aquisição da empresa Expresso de Prata Ltda no montante de R$ 100.000 dos quais deverão ser deduzidos os passivos conforme especificados no contrato, sendo que a previsão de pagamento da última parcela será em março de 2028. O saldo devedor será corrigido anualmente pelo índice IPCA divulgado pelo IBGE. **(b)** O saldo é composto pelo valor de R$ 17 milhões referente a honorários e acordos trabalhistas.

21. Passivos contingenciais:	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis **(a)**	1.221	9.719
Processos trabalhistas **(b)**	3.125	6.557
Processos tributários **(c)**	65	2.384
Total	**4.411**	**18.660**

(a) Processos cíveis: Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, por parte de clientes. **(b) Processos trabalhistas:** Referem-se a diversas demandas trabalhistas movidas por ex-colaboradores ou de empresas prestadoras de serviços, envolvendo principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. **(c) Processos tributários:** Referem-se substancialmente a autos de infração e execuções fiscais da Companhia e suas controladas.

21.1. Movimentação dos passivos contingenciais:	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Processos cíveis	9.719	–	(8.498)	1.221
Processos trabalhistas	6.557	145	(3.577)	3.125
Processos tributários	2.384	1.653	(3.972)	65
Total	**18.660**	**1.798**	**(16.047)**	**4.411**

Em função da quantidade de processos nos quais a Companhia está envolvida e das particularidades de cada processo não é possível determinar ou estimar o prazo de desembolso deste grupo de passivos contingentes. A Companhia acredita que as estimativas relacionadas a conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: **(i)** instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra empresa, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processos envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e **(ii)** programa de incentivo ao pagamento dos débitos, implementados no Brasil a nível federal e estadual, em condições favoráveis que podem levar ao desembolso inferior ao que se encontra provisionando ou inferior a valor da causa. Além das provisões para contingências registradas, a Companhia encontra-se envolvidas em outras demandas judiciais, que nos nossos assessores jurídicos julgam como sendo de perda possível, portanto, não requerem registros contábeis. Vide composição abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis	38.861	14.569
Processos trabalhistas	4.624	2.436
Processos tributários	5.700	4.418
Total	**49.185**	**21.423**

22. Patrimônio líquido: 22.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito no valor de R$248.225 (R$148.225 em 31 de dezembro de 2021), é composto por 151.227.335 ações ordinárias nominativas, de propriedade de pessoas jurídicas residentes no País. Em dezembro de 2022 a acionista Comporte Participações S.A aumentou em R$100.000.000,00 (Cem milhões de reais) o capital da Companhia com a emissão de cem milhões de novas ações.

Acionistas	%	Quantidade de ações 31/12/2022	Quantidade de ações 31/12/2021
Comporte Participações S/A	100,00%	151.227.335	51.227.334
Glarus Serviços Tecnologia e Participações Ltda	0,00%	–	1
Total	**100,00%**	**151.227.335**	**51.227.335**

22.2. Reserva de incentivos fiscais: Em 31 de dezembro de 2022, o valor de R$34.764 (R$30.986 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à subvenção governamental decorrente da Lei do Bem no 11.196/05. **22.3. Reserva legal e Retenção de lucros: Reserva de lucros -** A reserva de lucros foi constituída dentro dos preceitos legais, está representada da seguinte maneira:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízos acumulados	–	(33.078)
Reserva de incentivos fiscais	(3.778)	–
Dividendos obrigatórios	(9.808)	–
Dividendos adicionais propostos	(212)	–
Reserva legal **(a)**	(2.264)	–
Compensação de prejuízos	(36.365)	–
Resultado de incorporação	–	(712)
Resultado do exercício	80.765	(1.701)
Total	**28.338**	**(35.491)**

(a) Reserva legal: A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia.

Cálculo dos dividendos obrigatórios	31/12/2022
(=) Lucro líquido do exercício	**80.765**
(-) Prejuízo acumulado	(35.491)
(-) Reserva legal	(2.264)
(-) Receita de subvenção IRPJ/CSLL	(3.778)
(=) Base do dividendo mínimo obrigatório (lucro ajustado)	**39.232**
% Percentual do dividendo obrigatório	25%
(=) Dividendos obrigatórios	**9.808**
(-) Dividendos distribuídos do exercício	(10.020)
(=) Dividendos adicionais propostos	**(212)**

23. Receita líquida:	31/12/2022	31/12/2021
Receita (a)	**1.191.695**	**798.733**
Transporte de passageiros rodoviários	**119.330**	**56.098**
ARTESP	119.330	56.098
Transporte de passageiros urbanos	**657.739**	**429.060**
Governo do Distrito Federal	497.682	320.878
Prefeitura Municipal de Praia Grande	22.243	12.743
Prefeitura Municipal de Santos	125.407	89.974
Reequilíbrio financeiro	12.407	5.465
Fretamento contínuo	**398.562**	**308.814**
Fretamento Turismo	**16.064**	**4.761**
Impostos e contribuições	**(64.377)**	**(42.377)**
Cofins	(14.664)	(10.691)
Contribuição Previdenciária	(23.744)	(15.935)
ICMS	(18.178)	(10.061)
ISS	(4.610)	(3.374)
PIS	(3.181)	(2.316)
Outras deduções (b)	**(19.101)**	**(9.354)**
Total	**1.108.217**	**747.002**

(a) A receita líquida apresentou um aumento 48,4% em relação ao exercício de 2021, o aumento está refletindo principalmente nos segmentos rodoviário e urbano. **(b)** Os saldos referentes a outras deduções são compostos pelas taxas sobre as prestações de serviços e pelo desconto na venda de passagem eletrônica, através do BPE - Bilhete de passagem eletrônica que é um documento fiscal eletrônico, que deve ser emitido pelas empresas de transporte rodoviário, sendo permitido registrar o desconto na venda da passagem. **24. Custos, receitas (despesas) operacionais:** Apresentamos a seguir, as receitas, custos e despesas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	31/12/2022	31/12/2021
Custos		
Pessoal	(385.680)	(314.570)
Combustível e lubrificantes	(248.841)	(152.321)
Materiais de manutenção e reparos	(26.830)	(20.018)
Depreciação e amortização	(57.067)	(47.824)
Outros custos operacionais	(29.285)	(24.872)
Prestação de serviços	(21.945)	(16.627)
Pneus e materiais de rodagem	(6.164)	(3.732)
Arrendamento mercantil e locação de bens	(1.471)	1.451
Total custos	**(777.283)**	**(578.513)**
Despesas comerciais		
Pessoal	(6.161)	(4.253)
Despesas com vendas de passagens e agências	(4.577)	(1.654)
Arrendamento mercantil e locação de bens	(927)	(3.660)
Prestação de serviços	(89)	(111)
Outras despesas comerciais	(390)	(239)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	28	(29)
Total despesas comerciais	**(12.116)**	**(9.946)**
Despesas gerais e administrativas		
Prestação de serviços	(37.191)	(23.106)
Pessoal	(27.299)	(24.326)
Outras despesas administrativas	(21.707)	(12.401)
Despesas Legais e judiciais	(29.321)	(848)
Despesas tributárias	(77.100)	(34.371)
Depreciação e amortização	(4.891)	(4.350)
Arrendamento mercantil e locação de bens	(2.042)	(1.367)
Provisão e reversão de contingências	14.237	(13.317)
Total despesas administrativas	**(185.314)**	**(114.086)**
Outras receitas operacionais		
Recuperações eventuais	10.688	9.366
Outras receitas operacionais	818	348
Receitas tributárias	1.846	3.888
Total outras receitas operacionais	**13.352**	**13.602**

25. Resultado financeiro:	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receitas financeiras	**10.363**	**7.774**
Receitas de aplicações financeiras	2.219	1.607
Juros ativos **(a)**	3.957	487
Descontos obtidos	207	344
Variações monetárias ativas	2.464	4.339
Variações cambiais ativas	–	5
Outras receitas financeiras	19	118
Ajuste a valor presente	1.497	874
Despesas financeiras	**(119.025)**	**(61.472)**
IOF	(2.417)	(2.603)
Juros passivos	(847)	(789)
Descontos concedidos	(34)	(229)
Tarifas bancárias	(3.961)	(574)
Custo com emissão de debêntures	(56)	(2.827)
Juros sobre debêntures **(a)**	(40.153)	(17.005)
Juros sobre arrendamento de direitos de uso **(b)**	(9.071)	(2.315)
Juros/encargos sobre empréstimos e financiamentos **(b)**	(56.271)	(34.651)
Antecipação de recebíveis	(227)	–
Variações monetárias passivas **(b)**	(5.576)	(140)
Outras despesas financeiras	(412)	(339)
Total	**(108.662)**	**(53.698)**

(a) O saldo é composto substancialmente de juros incidentes sobre as Debêntures emitidas pela BR Vias Holding VRD com a Companhia. **(b)** O saldo é composto substancialmente pelo aumento do CDI de 4,39% em 2021 para 12,39% em 2022. **26. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e a contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas aplicadas para a determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	31/12/2022	31/12/2021
CSLL sobre base negativa	6.694	6.718
IRPJ sobre Prejuízos Fiscais	18.595	18.661
Diferenças Temporárias:		
Depreciação econômica x fiscal	(89.108)	(95.138)
Provisão de estimativa para crédito de liquidação duvidosa	708	707
Provisão para demandas judiciais e administrativas	1.490	1.457
Provisão para obsolescência	35	98
Impacto do arrendamento de direitos de uso	447	120
Total débitos/créditos fiscais líquidos	**(61.139)**	**(67.377)**
Ativo não circulante	27.969	27.761
Passivo não circulante	(89.108)	(95.138)
Total	**(61.139)**	**(67.377)**

b) Análise da alíquota efetiva do Imposto de renda e a contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, calculados pela aplicação da alíquota fiscal, combinada com as despesas debitadas ao resultado, estão assim apresentados:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**77.752**	**7.905**
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada	**(26.436)**	**(2.688)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Provisões temporária	(25)	(5.060)
Despesas não dedutíveis ou tributáveis	(963)	(528)
Adições permanentes	(34.561)	(28.159)
Exclusões permanentes	56.432	25.463
Equivalência patrimonial	2.553	1.069
Incentivos fiscais - PAT	181	–
Compensação da base negativa/prejuízo fiscal	1.470	–
Incentivos fiscais - subvenção (Lei do Bem)	3.778	–
Parcela Isenta do Adicional de 10%	24	–
IRPJ e CSLL apurados	**3.013**	**(9.606)**
Corrente	(3.226)	–
Diferido	6.239	(9.606)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	**3.013**	**(9.606)**
Alíquota efetiva	**4,0%**	**-136,6%**

(a) Ganho de venda de imobilizado societária e fiscal, depreciação societária e juros e depreciação do CPC 06. **(b)** Reversão de Provisão, depreciação fiscal e contraprestação do CPC 06.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social e diferidos:	31/12/2022	31/12/2021
Tributos correntes	**(3.226)**	–
Contribuição social corrente	(1.894)	–
Imposto de renda corrente	(5.110)	–
Receita subvenção IRPJ	2.792	–
Receita subvenção CSLL	986	–
Tributos diferidos	**6.239**	**(9.606)**
Imposto de renda diferido	4.808	(7.063)
Contribuição social diferida	1.431	(2.543)
Total	**3.013**	**(9.606)**

27. Cobertura de seguros (não auditado): Devido à natureza de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de desembolsos ocasionados, principalmente, por sinistros de trânsito. Para garantir exposição menor a estes riscos a Companhia possue cobertura de seguros conforme necessidades específicas de cada filial, contratos de prestações de serviços ou contratos de concessão, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros em conformidade com o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. As coberturas de seguros são: **Responsabilidade civil para danos causados a terceiros** - São contratados Seguros de Responsabilidade Civil Obrigatórios (RCO), Seguros de Responsabilidade Civil Facultativos de Veículos (RCF-V) e Seguros de Responsabilidade Civil (RC/VLT).

Seguros contratados	RCO	RCF -V	RCF -VLT	Vigência
Danos corporais e/ou materiais causados a passageiros	4.034.748,00	700.000,00	–	30/10/2022 a 30/10/2023
Danos morais causados a passageiros e terceiros não transportados	300.000,00	100.000,00	–	30/10/2022 a 30/10/2023
Despesas de recomposição de documentos de passageiros	300,00	300,00	–	30/10/2022 a 30/10/2023
Danos corporais causados a terceiros não transportados	–	100.000,00	–	30/10/2022 a 30/10/2023
Danos materiais causados a terceiros não transportados	–	100.000,00	–	30/10/2022 a 30/10/2023
Danos materiais (incêndio, queda de raio, explosão, implosão e fumaça)	–	–	100.000.000,00	23/05/2022 a 23/05/2023

Garantia obrigatória contratual: Os seguros de garantia são contratados pela concessionaria, conforme exigência do poder concedente, em caso de irregularidades na prestação de serviço de transportes de passageiros.

Beneficiário	Controladas	Garantia	LMI	Vigência
Prefeitura do Distrito Federal	Viação Piracicabana S.A.	Executante concessionário	13.069.174,81	06/06/2022 a 06/06/2023
Prefeitura de Praia Grande	Viação Piracicabana S.A.	Executante concessionário	4.333.943,49	29/12/2022 a 29/12/2023

Acidentes Pessoais a Passageiros (APP): A Companhia contratou seguros de acidentes à passageiros em caráter obrigatório de acordo com a exigência do contratante na prestação de serviço de fretamento contínuo e em caráter facultativo pelos passageiros na prestação de serviço de transporte rodoviário.

Seguros contratados	APP3	Vigência	APP5	Vigência
Morte acidental	13.380,00 a 123.000,00	28/03/2022 a 07/10/2023	18.000,00 a 22.000,00	01/05/2018 a 01/09/2025
Danos corporais ou materiais	10.000,00	28/03/2022 a 07/10/2023	–	–
Invalidez permanente por acidente	13.380,00 a 123.000,00	28/03/2022 a 07/10/2023	18.000,00 a 22.000,00	01/05/2018 a 01/09/2025
Desp. Médico hospitalares e odontológicas	4.014,00 a 17.000,00	28/03/2022 a 07/10/2023	18.000,00 a 22.000,00	01/05/2018 a 01/09/2025
Outros seguros contratados	250,00 a 1.000,00	28/03/2022 a 07/10/2023	–	–

Outros seguros: As demais situações de seguros contratadas pela Companhia são:

Seguros contratados	Cobertura	Vigência
Veículos de apoio e vans	10.000,00 a 150.000,00	16/01/2022 a 06/03/2023
Fiança locatícia	204.000,00	10 /06/2022 a 10/06/2023
Vida em grupo para colaboradores	3.000,00 a 600.000,00	01/12/2022 a 30/11/2023
Riscos diversos em guichês de venda de passagens	10.000,00 a 2.500.000,00	23/09/2022 a 23/09/2023
Seguro patrimonial (incêndios, roubos, danos materiais)	200.000,00 a 5.000.000,00	21/06/2022 a 21/06/2023

O transporte de encomendas não dispõe de seguro em virtude de ser transportado nos compartimentos de bagagens, e as principais corretoras não disponibilizam cobertura para essa atividade. **28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:** Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia correspondem a caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e a pagar nacionais, arrendamentos financeiros e os empréstimos e financiamentos, contratados em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos, classificados como instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir: **a) Política de gestão de riscos financeiros:** A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados às atividades, à flutuação das taxas de juros com o intuito de minimizar os efeitos, a Companhia utiliza instrumentos de acordo com a política de gerenciamento de risco estabelecida, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos adequadamente a cada circunstância e riscos inerentes para suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. **b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. **c) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. **d) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração. **e) Risco com taxas de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas. **f) Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **Caixa e equivalentes de caixa -** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **Conta a receber e a pagar -** Registrados com base no valor nominal dos títulos e avaliado pelo conceito de custo amortizado. **Empréstimos, financiamentos e arrendamentos -** Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado, foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrado com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Mensurados pelo custo amortizado	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	23.753	39.036
Contas a receber	224.138	109.670
Ativo não circulante		
Contas a receber	1.341	86
Total Ativo	**249.232**	**148.792**
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	219.422	145.879
Arrendamentos financeiros	46.317	15.215
Fornecedores	45.650	40.715
Outras obrigações	29.876	2.100
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	231.717	195.063
Arrendamentos financeiros	68.203	15.777
Fornecedores	1.677	3.880
Outras obrigações	63.000	–
Total Passivo	**705.862**	**418.629**

g) Gestão de capital: A Companhia busca a otimização de sua estrutura de capital com a finalidade de satisfazer suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura que considera parâmetros adequados para os custos financeiros. O quadro a seguir demonstra a estrutura de capital da Companhia com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros.

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (capital terceiros)	(451.139)	(340.942)
Debêntures (capital terceiros)	(251.920)	(316.467)
Arrendamentos financeiros (capital terceiros)	(114.520)	(30.992)
Caixa e equivalentes de caixa	23.753	39.036
Dívida líquida	**(793.826)**	**(649.365)**
Patrimônio Líquido (capital próprio)	**(313.591)**	**(143.720)**
Total do capital (*)	**(1.107.417)**	**(793.085)**
Índice de alavancagem financeira (**)	**72%**	**82%**

(*) Total do capital é determinado por meio da somatória da dívida líquida com o patrimônio líquido. (**) Índice de alavancagem financeira é determinado pela divisão da dívida líquida pelo capital total. **29. Eventos subsequentes: a)** Em janeiro de 2023, com o objetivo de simplificar a estrutura operacional, a controlada Expresso de Prata Ltda. foi incorporada pela Companhia. **b)** A Companhia em 27/12/2022 celebrou a compra à vista de milhas smiles da Gol Linhas Aéreas S.A. (Empresa do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte) adquirindo o montante de R$ 44.000.000 em milhas. Em 04 de janeiro de 2023, o 1o aditivo, Acordo Comercial e Outras Avenças, a fim de incluir a Pagol Sociedade de Crédito Direito S.A., entre as partes relacionadas do contrato, quando da utilização dos créditos de milhas Smiles pela Pagol, será devido para as Controladas o valor unitário por milha utilizada, sendo apurado ao final de cada mês o crédito utilizado, e devendo seu pagamento ocorrer até 31 de dezembro de 2023. **c)** Em decisão unânime por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários - RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881), em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a tese de que uma decisão final, mesmo transitada em julgado nas relações tributárias deixará de possuir eficácia caso: **(i)** verse sobre tributos recolhidos de forma continuada; e **(ii)** o próprio STF fixe entendimento posterior em sentido contrário, em sede de repercussão geral. Na prática, caso o contribuinte não recolha determinado tributo por possuir a seu favor decisão definitiva que considere determinado tributo inconstitucional, deverá voltar a recolher tal tributo, respeitada a irretroatividade e anterioridade, após decisão do mesmo STF em sentido contrário. A Administração da Companhia avaliou a decisão e não identificou efeito e possíveis impactos que, consequentemente, deveriam ser registrados e/ou relatados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Diretoria

Paulo Sérgio Coelho - Diretor

Maria Zélia R.S. França - Diretora

Contadora

Kelly C. Tonin Damasceno - CRC SP-214086/O-6

continua

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 23/03/2023 20:49:38 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 3E8829E5-072D-4562-9BD4-4346ADFFE329

continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Viação Piracicabana S.A.
Piracicaba - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **Viação Piracicabana S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Viação Piracicabana S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).* **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Direitos de concessão -** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia, viabiliza a operacionalização de linhas de transporte mediante direitos de concessão, sendo que algumas linhas de transporte intermunicipais estão sendo operadas através de contratos vigentes por prazo indeterminado (uma vez que estão vinculados à abertura de novas licitações públicas). As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas, pela administração, no pressuposto de continuidade operacional assumindo a manutenção dos respectivos contratos vigentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Transações com partes relacionadas -** Conforme Nota Explicativa nº 7, a Companhia possui transações com partes relacionadas referentes, principalmente, a transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e utilização compartilhada de estrutura e de profissionais da área administrativa. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 -** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.3, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram identificados ajustes contábeis de competência de exercícios anteriores. Desta forma, os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, equivalente à norma IAS 8 emitida pelo Iasb) e CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras (aprovada pela NBC TG 26, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, equivalente à norma IAS 1 emitida pelo Iasb), conforme requerido pelas práticas financeiras adotadas no Brasil. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.3, efetuados para alterar as informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Concluímos que tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as citadas informações contábeis tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado -** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior -** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 16 de março de 2022, foi emitido sem considerar os ajustes de reapresentação discutidos na seção "Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021" do presente relatório, mas com parágrafo de ênfase quanto ao assunto apresentado na seção "Ênfase - Direitos de concessão" do presente relatório. **Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre e eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2023

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 025.583/O-1

Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 23/03/2023 20:49:48 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*